



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE  
NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2018**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA**  
**SÃO PAULO – SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades Sem Fins de Lucros - ITG 2002 (R1) e de Pequenas e Médias Empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins de lucros e de pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.





**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2019.

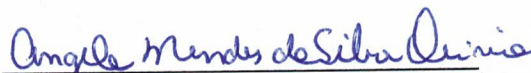
**JPPS Auditores Independentes S/S**

CRC 2SP 023.001/O-0



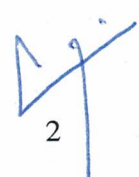
---

Paulo Sergio Sangiorgio  
Contador CRC 1SP 085.108/O-0



---

Angela Mendes da Silva Oliveira  
Contadora CRC 1SP 217.922/O-1



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**  
 CNPJ: 60.975.976/0001-01

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Em R\$ 1

ATIVO	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>41.083.920</b>	<b>47.239.709</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	14.907.069	21.063.359
Direitos Realizáveis	5	26.176.851	26.176.350
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>135.198.392</b>	<b>126.113.094</b>
Realizável a Longo Prazo	6	380.402	331.578
Imobilizado	7	134.432.420	125.449.900
Intangível	8	385.570	331.616
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>176.282.312</u></b>	<b><u>173.352.803</u></b>
<b>PASSIVO</b>		<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>18.428.940</b>	<b>16.149.373</b>
Fornecedores	10	5.719.621	4.851.317
Empréstimos e Financiamentos	11	1.347.813	204.259
Obrigações Trabalhistas	12	4.765.036	4.277.833
Obrigações Fiscais e Sociais	13	1.022.649	854.124
Provisões Diversas	14	5.055.508	4.415.776
Empréstimo Consignado		174.004	159.510
Contrato de Mútuo FUNSAI	15	157.748	176.053
Outras Contas a Pagar	16	186.561	1.210.501
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.538.125</b>	<b>4.633.398</b>
Empréstimos e Financiamentos	11	3.202.995	123.172
Contrato de Mútuo FUNSAI	15	1.880.591	2.038.339
Outras Contas a Pagar	16	1.294.652	1.400.721
Provisão para Contingências	17	1.159.887	1.071.166
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>150.315.247</b>	<b>152.570.032</b>
Patrimônio Social	18	150.315.247	152.570.032
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>176.282.312</u></b>	<b><u>173.352.803</u></b>



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**  
 CNPJ: 60.975.976/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Em R\$ 1

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>RECEITAS</b>		<b>101.890.938</b>	<b>108.496.191</b>
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>85.010.196</b>	<b>89.514.262</b>
<b>Receitas com Atividades de Saúde</b>		<b>75.872.779</b>	<b>80.624.719</b>
Convênios		71.718.924	77.312.536
Particulares		5.847.291	4.970.651
(-) Glosas		(1.336.822)	(1.435.866)
(-) Descontos e Devoluções		(356.614)	(222.602)
<b>Receitas c/ Doações, Patrimoniais e Extraordinárias</b>		<b>9.137.417</b>	<b>8.889.543</b>
Doações	19	520.250	644.278
Receitas de Aluguéis		7.065.258	7.228.441
Receitas do Estacionamento		561.172	-
Receitas Extraordinárias		867.623	879.750
Outras Receitas		123.114	137.074
<b>Gratuidades e Voluntários</b>		<b>16.880.742</b>	<b>18.981.929</b>
Gratuidades Praticadas		16.666.152	18.790.683
Trabalho Voluntário		214.590	191.246
<b>DESPESAS</b>		<b>(104.145.723)</b>	<b>(100.787.267)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(88.855.494)</b>	<b>(85.187.737)</b>
Despesas com Pessoal		(41.055.362)	(36.707.525)
Despesas com Materiais e Medicamentos		(15.067.026)	(16.775.859)
Despesas Administrativas e Gerais		(12.454.236)	(11.596.008)
Honorários Médicos		(20.278.870)	(20.108.345)
<b>Outras Despesas</b>		<b>(122.714)</b>	<b>(20.336)</b>
Perdas Financeiras		(96.315)	(5.683)
Outras Perdas		(26.399)	(14.653)
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.713.227</b>	<b>3.402.735</b>
Receitas Financeiras		1.910.040	3.835.679
Despesas Financeiras		(196.813)	(432.944)
<b>Gratuidades</b>		<b>(16.880.742)</b>	<b>(18.981.929)</b>
Custos das Gratuidades Praticadas	22	(16.666.152)	(18.790.683)
Custo do Trabalho Voluntário	23	(214.590)	(191.246)
<b>(DÉFICIT)/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>(2.254.785)</b>	<b>7.708.924</b>

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**  
 CNPJ: 60.975.976/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Em R\$ 1

	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>SUPERÁVIT ACUMULADO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>13.755.638</b>	<b>114.013.597</b>	<b>17.091.873</b>	<b>144.861.108</b>
Transferência para Patrimônio Social	17.091.873	-	(17.091.873)	-
Superávit do Exercício	-	-	7.708.924	7.708.924
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>30.847.511</b>	<b>114.013.597</b>	<b>7.708.924</b>	<b>152.570.032</b>
Transferência para Patrimônio Social	7.708.924	-	(7.708.924)	-
Déficit do Exercício	-	-	(2.254.785)	(2.254.785)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>38.556.435</b>	<b>114.013.597</b>	<b>(2.254.785)</b>	<b>150.315.247</b>



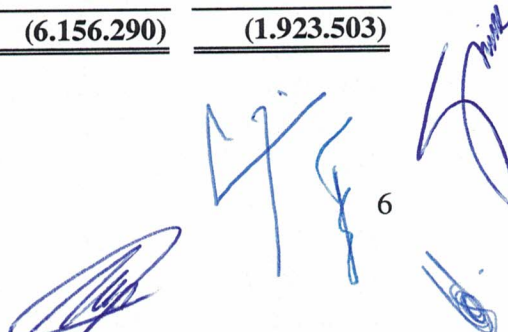

  
 5

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**  
 CNPJ: 60.975.976/0001-01

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS  
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

Em R\$ 1

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
(Déficit)/Superávit do Exercício	(2.254.785)	7.708.924
Itens que Afetam o Caixa:		
Depreciações e Amortizações	3.055.176	2.610.721
<b>Geração Bruta de Caixa</b>	<b>800.391</b>	<b>10.319.645</b>
<i>(Aumento)/Redução nos Ativos</i>		
Direitos Realizáveis	(501)	(1.780.412)
Realizável a Longo Prazo	(48.824)	567.930
<i>Aumento/(Redução) nos Passivos</i>		
Fornecedores	868.304	(1.883.330)
Obrigações Trabalhistas	487.203	513.809
Empréstimos Consignados	14.494	11.082
Obrigações Fiscais e Sociais	168.525	69.514
Provisões Diversas	639.732	64.553
Contrato de Mútuo - Funsai	(176.053)	(158.143)
Outras Contas a Pagar	(1.023.940)	(157.560)
Passivo Não Circulante	(17.348)	(1.301.818)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>911.592</b>	<b>(4.054.375)</b>
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Baixas do imobilizado	38.771	14.653
Aumento de Imobilizado	(11.854.799)	(6.041.135)
Aumento de Intangível	(275.622)	(129.253)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos</b>	<b>(12.091.650)</b>	<b>(6.155.735)</b>
 <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Variação nos Empréstimos e Financiamentos e Mútuos	4.223.377	(2.033.038)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>4.223.377</b>	<b>(2.033.038)</b>
 <b>DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(6.156.290)</b>	<b>(1.923.503)</b>
(+) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	21.063.359	22.986.862
(=) Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.907.069	21.063.359
 <b>DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(6.156.290)</b>	<b>(1.923.503)</b>


  
 6



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ**  
CNPJ: 60.975.976/0001-01

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação Beneficente Nossa Senhora de Nazaré - ABENSENA é uma Instituição Filantrópica de direito privado e intuítos não lucrativos. Iniciou suas atividades em 02 de janeiro de 1932, com sede na Av. Nazaré, 1.361, bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, SP, sendo a sua forma de constituição por prazo indeterminado. A sua finalidade é a prestação de serviços médico-hospitalares, abrangendo as mais diversas especialidades. Atua na área da saúde sob as denominações de Hospital Dom Alvarenga, Clínica Infantil do Ipiranga e Hospital Dom Antônio de Alvarenga.

A Associação possui Certificados de Utilidade Pública, outorgados pelos Decretos:

- (a) Federal nº 48.889 de 26 de agosto de 1960;
- (b) Estadual nº 37.311 de 04 de outubro de 1960 e
- (c) Municipal nº 4.603 de 17 de fevereiro de 1960.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis são elaboradas e apresentadas em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12 que aprovou a Instrução Técnica Geral - ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelas Diretorias Executiva e Estatutária em 18/04/2019.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, não se aplica a apresentação da demonstração do resultado abrangente (DRA).

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em relação ao exercício anterior.

**a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ABENSENA.

**b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



- c. Convênios a receber:** O saldo das contas a receber de convênios é demonstrado líquido da provisão para devedores duvidosos, sendo esta provisão constituída em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas.
- d. Ativo Circulante e não Circulante:** Registrados pelo valor de realizações, acrescida dos rendimentos incorridos, ou deduzidos por provisão para fazer face em eventuais perdas, até a data do balanço, quando aplicável;
- e. Estoques:** São representados substancialmente por medicamentos e materiais de uso hospitalar, valorizados pelo custo médio de aquisição, deduzidos, quando aplicável, por provisão para fazer face em eventuais perdas na sua realização;
- f. Ativo Imobilizado:** Composto de bens adquiridos com recursos próprios e doações, registrados ao custo histórico, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e reavaliação espontânea valorizada ao valor justo, de acordo com o ICPC-10, com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Destacamos que a última reavaliação foi realizada em 01/01/2012 pela Empresa AFIX CODE.
- g. Intangível:** Representado por licenças de software adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para utilização. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimada.
- h. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações referentes a aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.
- i. Empréstimos e Financiamentos:** Referem-se a obrigações em moeda nacional – capital de giro e conta garantida, atualizados de acordo com as cláusulas contratuais, classificados no circulante e não circulante, com vencimento final até janeiro de 2023. Em garantia foram oferecidos avais dos diretores e notas promissórias.
- j. Férias a Pagar:** Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- k. Patrimônio Social:** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.
- l. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.
- m. Receitas e Despesas:** São apropriadas com base no regime de competência e estão suportadas por documentos que atendem as exigências legais e fiscais.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/18	31/12/17
Caixa	4.377	6.822
Bancos C/Corrente	2.000.771	173.736
Bancos Conta Aplicações Financeiras	12.901.921	20.882.801
<b>Total</b>	<b>14.907.069</b>	<b>21.063.359</b>

## 5. DIREITOS REALIZÁVEIS

Descrição	31/12/18	31/12/17
Créditos Clientes (5.1)	23.724.837	23.564.832
Créditos Recebíveis (5.2)	614.917	1.033.417
Adiantamentos (5.3)	673.094	683.400
Estoques (5.4)	1.139.649	849.098
Despesas Antecipadas	24.354	45.603
<b>Total</b>	<b>26.176.851</b>	<b>26.176.350</b>

## 5.1 CRÉDITOS DE CLIENTES

Descrição	31/12/18	31/12/17
Créditos de Particulares	1.474.813	1.077.022
Créditos de Convênios	35.151.618	35.105.859
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	(12.901.594)	(12.618.049)
<b>Total</b>	<b>23.724.837</b>	<b>23.564.832</b>

## 5.2 CRÉDITOS RECEBÍVEIS

Descrição	31/12/18	31/12/17
Aluguéis a Receber	602.466	674.559
Outros Créditos	12.451	358.858
<b>Total</b>	<b>614.917</b>	<b>1.033.417</b>

## 5.3 ADIANTAMENTOS

Descrição	31/12/18	31/12/17
Adiantamento a Fornecedores	49.180	2.100
Adiantamentos a Funcionários	623.914	681.300
<b>Total</b>	<b>673.094</b>	<b>683.400</b>



## 5.4 ESTOQUES

Descrição	31/12/18	31/12/17
Materiais e Medicamentos	926.633	638.796
Materiais Descartáveis	26.207	27.135
Uniformes	31.396	35.985
Equipamentos de Proteção	9.755	8.593
Gêneros Alimentícios	17.751	59.383
Impressos e Materiais de Escritórios	55.131	30.833
Materiais de Limpeza	34.073	29.389
Materiais de Manutenção	35.997	15.947
Materiais de Informática	2.706	3.037
<b>Total</b>	<b>1.139.649</b>	<b>849.098</b>

## 6. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/12/18	31/12/17
Depósito Judicial – Trabalhistas	106.181	134.070
Depósito Judicial - FGTS Rescisão	269.001	192.288
Depósito Judicial - ICMS	4.289	4.289
Depósito Judicial - IPI	931	931
<b>Total</b>	<b>380.402</b>	<b>331.578</b>

## 7. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/18			31/12/17
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		84.488.746	-	84.488.746	84.488.746
Imóveis / Edificações	4%	43.191.334	(11.642.568)	31.548.766	30.865.427
Aparelhos de Medicina	10%	6.252.251	(3.527.666)	2.724.585	2.595.278
Instrumentos de Medicina	10%	825.575	(573.859)	251.716	268.499
Máquinas e Equipamentos	10%	2.968.397	(1.272.197)	1.696.200	746.968
Equipamentos de Segurança	10%	19.806	(19.806)	-	-
Equipamentos Telefonia	10%	8.518	(8.518)	-	-
Equipamentos de Informática	20%	1.626.915	(997.385)	629.530	462.025
Instalações	10%	1.630.512	(244.083)	1.386.429	191.469
Móveis e Utensílios	10%	6.398.715	(2.843.763)	3.554.952	3.302.014
Veículos	20%	149.520	(61.016)	88.504	118.408
Benfeitorias		8.062.992	-	8.062.992	2.411.066
<b>Total</b>		<b>155.623.281</b>	<b>(21.190.861)</b>	<b>134.432.420</b>	<b>125.449.900</b>

## 8. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/18	31/12/17
Direito de Uso de Software	20%	1.190.300	914.678
Direito de Uso Tubular		369	369
Marcas e Patentes		13.659	13.659
Amortização Acumulada		(818.758)	(597.090)
<b>Total</b>		<b>385.570</b>	<b>331.616</b>

## 9. TESTE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)

De acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam indicadores que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 10. FORNECEDORES

Descrição	31/12/18	31/12/17
Materiais e Medicamentos	2.667.029	1.963.151
Serviços Médicos	2.284.458	1.920.449
Serviços Diversos	674.181	806.580
Outros	93.953	161.137
<b>Total</b>	<b>5.719.621</b>	<b>4.851.317</b>

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financeira	Modalidade	31/12/18		31/12/17	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil S/A	Finame	-	-	5.000	-
Aymore Crédito Fin. Invest. S/A	CDC	-	-	133.881	-
Banco Bradesco	C/C	102	-	-	-
Banco Itaú S/A	Empréstimos	1.272.973	3.154.461	50	-
Banco Santander S/A	Empréstimos	100	-	300	-
BNDES 5067.3390.0051.7582	Cartão	74.638	48.534	65.028	123.172
<b>Total</b>		<b>1.347.813</b>	<b>3.202.995</b>	<b>204.259</b>	<b>123.172</b>



## 12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	31/12/18	31/12/17
Salários a Pagar	1.685.473	1.473.918
Rescisões a Pagar	1.954	1.459
Pensão Alimentícia a Pagar	4.652	6.554
Férias a Pagar	3.069.207	2.719.832
Processos Trabalhistas	3.750	76.070
<b>Total</b>	<b>4.765.036</b>	<b>4.277.833</b>

## 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

Descrição	31/12/18	31/12/17
INSS a Recolher	234.719	201.975
FGTS a Recolher	293.814	246.348
PIS a Recolher	364.632	-
IRRF s/Folha de salários	27.784	295.811
IRRF s/ Terceiros	364	23.968
Contribuição Sindical a Recolher	6.056	1.595
ISS a Recolher	2.861	1.321
PIS/COFINS/CSLL	92.419	83.009
Impostos e Outros a Devolver	-	97
<b>Total</b>	<b>1.022.649</b>	<b>854.124</b>

## 14. PROVISÕES DIVERSAS

A ABENSENA possui ações judiciais de natureza tributária. A Administração da Entidade, apoiada na opinião e nas estimativas de seus consultores jurídicos, entendem que as provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Provisão p/ Taxa de Lixo - Limpurb	979.540	851.979
Provisão p/ COFINS S/ Outras Receitas	3.107.766	2.776.342
Provisão p/ ICMS Eletropaulo	699.201	595.167
Depósito Judicial Multa F.G.T.S - 10% *	269.001	192.288
<b>Total</b>	<b>5.055.508</b>	<b>4.415.776</b>

\* Valores depositados em Juízo (vide nota explicativa 6)

## 15. CONTRATO DE MÚTUO – FUNSAI

A ABENSENA possui Contrato de Mútuo com a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga – FUNSAI, assinado em 21/12/2000 e término em 30/06/2031, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Total débito consolidado	2.214.393	2.372.535
(+) Juros do período	59.353	64.085
(-) Pagamentos efetuados	(235.407)	(222.228)
<b>(=) Saldo devedor em 31/12</b>	<b>2.038.339</b>	<b>2.214.392</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>157.748</b>	<b>176.053</b>
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>1.880.591</b>	<b>2.038.339</b>

## 16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/18		31/12/17	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Processos Cíveis Transitados e Julgados	121.543	1.294.652	135.437	1.400.721
Adiantamento de Pacientes	65.018	-	69.052	-
Adiantamento de Clientes	-	-	1.000.000	-
Cheques a Compensar	-	-	6.012	-
<b>Total</b>	<b>186.561</b>	<b>1.294.652</b>	<b>1.210.501</b>	<b>1.400.721</b>

## 17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui ações judiciais cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião e nas estimativas de seus consultores jurídicos, entende que a referida provisão é suficiente em relação aos valores dos processos com perdas prováveis existentes. Os saldos são os seguintes:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Ações Cíveis	-	84.940
Ações Trabalhistas	1.159.887	986.226
<b>Total</b>	<b>1.159.887</b>	<b>1.071.166</b>

A Administração da Entidade, apoiada na opinião de seus consultores jurídicos divulga, para fins de atendimento às normas contábeis, que possui contingências decorrentes de processos trabalhistas, com perda considerada “possível”, de aproximadamente R\$ 720.000.

## 18. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social da ABENSENA está demonstrado pelo patrimônio inicial, acrescidos os superávits, e deduzidos os déficits apurados anualmente, desde a sua constituição.



## 19. DOAÇÕES RECEBIDAS

Descrição	31/12/18	31/12/17
Doações - Pessoa Física	14.384	6.489
Doações - Pessoa Jurídica	463.505	537.958
Doações - Nota Fiscal Paulista	42.361	99.831
<b>Total</b>	<b>520.250</b>	<b>644.278</b>

## 20. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Decreto nº 7237 de 20 de julho de 2012 e a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, demonstramos a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fossem gozadas durante os exercícios:

Descrição	31/12/18	31/12/17
Ordenados e Salários	31.346.908	28.225.876
(*) Percentual de Contribuição (a)	27,80%	27,80%
Subtotal (a)	8.714.441	7.846.794
Serviços Prestados por Pessoa Física	16.475	9.506
Percentual de Contribuição Devida (b)	20,00%	20,00%
Subtotal (b)	3.295	1.901
<b>Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) =</b>	<b>8.717.736</b>	<b>7.848.695</b>

(\*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, Salário Educação 2,5%, e Seguros Contra Riscos e Acidentes 2%.

## 21. ISENÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

Em decorrência da imunidade tributária contida no artigo 150 inciso 6º letra C da Constituição Federal, os Benefícios Fiscais nos exercícios foram:

Descrição	31/12/18	31/12/17
COFINS	5.971.434	6.406.949
PIS	1.292.258	1.257.105
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	164.285	693.803
<b>Total</b>	<b>7.427.977</b>	<b>8.357.857</b>

## 22. GRATUIDADES PRATICADAS

Foram realizados atendimentos gratuitos no exercício de 2018 no total de R\$ 16.666.151,65 (R\$ 18.790.683,77, em 2017) através do Termo de Parceria N° 003/2015-SMS.G, assinado em 29 de maio de 2015, atendendo ao art. 5º, inciso I da Lei n° 12.101, de 27/11/2009 e art. 8º, § 2º Lei 12.453, de 21/07/2011.

O valor corresponde a 22,01% de R\$ 75.712.774,00 da **Receita Efetivamente Recebida de Serviços de Saúde no ano de 2018**.

Descrição	31/12/18	31/12/17
Créditos de Clientes Saldo Inicial	23.564.832	20.156.814
Receitas de Serviços	75.872.779	80.624.719
(-) Créditos de Clientes Saldo Final	(23.724.837)	(23.564.832)
<b>(=) Receitas Efetivamente Recebida</b>	<b>75.712.774</b>	<b>77.216.701</b>
Gratuidade Necessária 20% (a)	15.142.555	15.443.340
<b>Gratuidade Praticada (b)</b>	<b>16.666.152</b>	<b>18.790.683</b>
(=) Diferença Excedente	1.523.597	3.347.343
% Gratuidade em Saúde	22,01%	24,33%

## 23. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade reconheceu pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, no montante de R\$ 214.590,00 que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento a uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

Voluntários	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantidade de Horas	Valor Hora	R\$	Quantidade de Horas	Valor Hora	R\$
Associados	129	115,00	14.835	-	-	-
Conselho Fiscal	8	115,00	920	18	110,00	1.980
Diretoria Estatutária	1.729	115,00	198.835	1.519	110,00	167.090
Outros	-	-	-	3.696	6,00	22.176
<b>Total</b>	<b>1.866</b>	<b>-</b>	<b>214.590</b>	<b>5.233</b>	<b>-</b>	<b>191.246</b>



**24. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)**

A Entidade adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração, para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Entidade, em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

**25. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Entidade não remunera os membros de sua Diretoria Estatutária e os Conselhos: Fiscal, Consultivo e Honorífico. A Entidade não distribui lucros, dividendos, bonificações, participação ou parcelas de seu patrimônio a ninguém, a nenhum título ou pretexto, e aplica integralmente no País os seus recursos destinados à manutenção de suas atividades.

**CONTABILIDADE**

**Marcos Mendes da Silva**  
Contador CRC 18P 317.423/O-4

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Eduardo Halfen Grill**  
Superintendente

**Suetônio Monteiro dos Santos**  
Diretor Financeiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Roberto Franchini**  
Diretor Geral

**Marcelo Baptista Conti**  
Diretor Tesoureiro